

A temática da profissionalização do Exército Brasileiro na autobiografia do Marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839)

Neuma Brilhante Rodrigues*

Resumo: Cunha Mattos buscou inseri-se, por meio da escrita de suas Memórias Políticas, Militares e Biográficas, na idealizada tradição militar iniciada pelas reformas do célebre conde Lippe. Ele fez uso de sua experiência na divisão portuguesa na Guerra do Roussillon e da Catalunha, ocorrida entre Espanha e França (1793-1795) para criticar as tropas imperiais brasileiras derrotadas na Guerra Cisplatina e para defender a modernização do exército brasileiro.

Palavras-chave: Lippe – Cisplatina – modernização do exército

Abstract: Cunha Mattos used his memories to legitimize his position as a military officer in the best traditions of Count Lippe reforms, used his experience in the Roussillon and Catalunha War (1793-1795) to criticize the aristocratic imperial army defeated in the Cisplatina War and to praise for the modernization of the brazilian army.

Palavras-chave: Lippe – Cisplatina – modernization

Raimundo José da Cunha Mattos nasceu no Algarve em 1776 e, aos quatorze anos, assentou praça no Regimento de Artilharia de sua cidade natal. Aos 17, conheceu a guerra contra o Exército Francês. Aos 20, partiu rumo a São Tomé e Príncipe, de onde saiu, 19 anos depois, para o Brasil. Aqui, foi enviado a Pernambuco em 1817, para defender a unidade do império luso-brasileiro, em 1822, aderiu à independência do Brasil. Como ‘brasileiro nascido em Portugal’, foi ainda governador de armas da Província de Goiás, deputado, comandante da academia real militar, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e propositor da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu em 1839, como marechal de campo do Exército brasileiro.

Cunha Mattos legou-nos uma vasta documentação. O presente trabalho pauta-se em um desses documentos: o manuscrito *Memórias políticas, militares e biográficas*.¹ Esse texto refere-se ao processo de formação do autor, fortemente influenciado, segundo ele, pelas trajetórias de seu pai e avô, por seus estudos na Casa Pia de Lisboa e na Escola Regimental do Algarve e pela experiência nos campos de guerra, como soldado da Divisão Auxiliadora à Coroa da Espanha, na campanha do Roussillon e da Catalunha, contra a França, entre 1793 e

* Doutora em História pela Universidade de Brasília.

1795. Cunha Mattos atribuiu a essas vivências um peso decisivo em sua formação moral e intelectual.

O uso de textos autobiográficos como fonte exige por parte do historiador a consciência de que “se alguém se põe a escrever uma autobiografia, é porque tem em mente fixar um sentido em sua vida e dela operar uma síntese.” Tal busca de significação e síntese orienta a seleção dos “acontecimentos ou reflexões [que] devem ser omitidos e quais (e como) devem ser narrados” (ALBERTI, 1991:77). No caso específico, Cunha Mattos retratou-se como um militar oriundo de família simples, constituída por soldados, e esforçou-se em desvincular sua ascensão profissional e social da “economia de favores” que marcava o Antigo Regime. A fixação dessa imagem de si mesma foi perseguida por ele ao longo de sua vida. A iniciativa de escrever suas memórias foi um dos momentos mais explícitos daquele esforço.

A primeira observação sobre a leitura da campanha do Roussillon e da Catalunha por Cunha Mattos respeita ao desencontro de cerca de três décadas entre os acontecimentos vividos e registrados em sua “coleção de memórias”, no calor dos combates, e a elaboração de sua autobiografia. E muito ocorrera naquele espaço de tempo: o Terror na França, Napoleão, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Vintismo, a independência do Brasil...² Acontecimentos que exigiram de homens como Cunha Mattos adesões políticas, reconstruções identitárias e deslocamentos geográficos que, necessariamente, conduziram a avaliações e reavaliações das experiências do passado, bem como dos desejos e projetos (KOSELLECK, 2006:312): as experiências de guerra anotadas pelo jovem cabo de esquadra português foram relidas e narradas pelo brigadeiro do Exército brasileiro.

Algumas questões se impuseram, assim, ao analisar as *Memórias* de Cunha Mattos: por que ele resolveu se dedicar a tal empreendimento naquele momento? O que o teria levado a destacar sua experiência nos campos de batalha quando era um simples cabo de esquadra? O que o orientava no momento de ressaltar alguns personagens em sua narrativa? O cotejamento das *Memórias* e dos discursos de Cunha Mattos no plenário da Câmara dos Deputados levou à hipótese de que a escrita daquele documento relacionava-se aos desdobramentos da guerra Cisplatina.

Os reveses no campo de batalha no sul e a humilhação da solução final do conflito trouxeram grande mal-estar e agitaram as sessões da Câmara dos Deputados, a partir de 1827. Cunha Mattos participou ativamente dos debates. Considerado como grande conhecedor das questões militares, ele teve sua autoridade sobre o assunto reforçada por sua brevíssima participação no estado-maior da guerra Cisplatina, sob o comando do marquês de Barbacena,

entre dezembro de 1826 e fins do janeiro seguinte. Em seus discursos, ele parecia não ter dúvidas quanto às razões da derrota: a falta de profissionalismo do Exército, o despreparo dos seus oficiais, agravado pela ausência do mérito como critério de nomeação e de promoção. Questões essas por ele colocadas desde o início daquela sessão legislativa, desde maio de 1826.

Ele defendeu, então, a urgência da criação de uma lei que regulamentasse todas as tropas brasileiras: primeiro passo para a criação de um corpo militar relativamente homogêneo, formado por soldados capazes e detentores de conhecimentos técnicos. Entre os problemas militares a serem resolvidos com urgência, estava o recrutamento. De fato, o primeiro problema grave referente à guerra da Cisplatina debatido na Câmara dizia respeito à morte de centenas de recrutas cearenses que estavam sendo transportados até a Corte. O acontecimento foi tão grave que a Comissão de Constituição fez questão de observar que a mortandade dos navios negreiros era muito mais baixa que a constatada nos navios que levavam os recrutas. Era uma vergonha pública. O escândalo e os descompassos da guerra não foram suficientes, contudo, para que a Câmara votasse pelo menos um dos projetos apresentados nas duas primeiras legislaturas.

A narrativa da campanha portuguesa no Roussillon e na Catalunha parece ter oferecido, ao deputado, a oportunidade de confirmar seu *status* de, em suas palavras, oficial “teórico e prático”, como também para retratar um conflito que teria envolvido dois modelos de exército. Em sua narrativa, a idealizada Divisão Auxiliadora portuguesa – especialmente a artilharia à qual o autor pertenceu – e as tropas francesas foram retratadas como imbuídas de valores modernos e com aspirações profissionalizantes, enquanto que as tropas espanholas serviriam como exemplo dos vícios e perigos decorrentes da concepção aristocrática de Exército.

O autor das *Memórias* comparou as tropas portuguesas e as espanholas em diferentes circunstâncias, ressaltando, sempre que possível, a superioridade das primeiras:

“Os nossos oficiais e soldados tinham um aspecto mais militar, mais elegante do que se encontrava nas tropas Castelhanas: os fidalgos que serviam no nosso Exército não tinham aquele orgulho que é tão ordinário nos Cavalheiros Espanhóis: a disciplina entre nós é mais severa, a moral menos relaxada, e o direito de nascimento e a falta de corpos reais ou privilegiados fazia com que tivéssemos melhores oficiais.” (CUNHA MATTOS, s/d)

No caso da artilharia, os oficiais das duas Coroas foram colocados no mesmo patamar, com alguma vantagem para os espanhóis. Todavia, os oficiais inferiores e os soldados

portugueses foram descritos como melhor preparados do que os “práticos, mas não teóricos” congêneres espanhóis. A esses faltavam treinamento e estímulo, já que o acesso aos altos postos lhes era obstado. Em contraste, os regulamentos da artilharia portuguesa previam o tempo de serviço e a aprovação em exames como critérios para ascensão na carreira. Tal medida permitia, em princípio, o acesso a altos postos militares por critérios meritocráticos.

O que estava sendo elogiado, de fato, era o conjunto de reformas militares efetivadas pelo conde Lippe em Portugal e, especificamente, as iniciativas relacionadas à Artilharia, tais como a criação de Escolas dos Regimentos – nas quais se pressupunha que os simples soldados recebiam uma sólida formação teórica e prática – e a abertura dos altos postos àqueles que provassem seus méritos morais e intelectuais, independente da origem.

Várias mudanças haviam sido instituídas sob o comando de Wilhelm von Schaumburg-Lippe (1762-1777) nas tropas lusas. Alvarás e decretos, além de regulamentos, artigos de guerra, memórias e planos que possuíam força de lei formaram um novo repertório normativo, de cuja obediência dependia o sucesso do trabalho de aculturação das tropas, no caso, de sua militarização, empreendido por Lippe e seus colaboradores. A proposta incluía o reforço das relações hierárquicas e a definição de exigências e de responsabilidades segundo a patente. Visava-se a criação de uma rede de vigilância, pautada nos relatórios sobre os oficiais, os mapas dos efetivos e os livros de regimentos que permitiriam o controle à distância. O treinamento dos soldados e oficiais deveria ser constante. Os exercícios de campo seriam o teste final do estado das tropas, assistidos pelo próprio soberano.

A efetividade dessas reformas foi limitada. Houve resistências de oficiais que viam seus postos como propriedades de ofício e entendiam o questionamento dos seus méritos como ofensa à honra. O apoio dado a Lippe pelo conde de Oeiras impediu a ocorrência de resistências mais explícitas, mas os oficiais descontentes boicotavam, no cotidiano de seus regimentos, muitas das ordens do marechal-general, numa espécie de resistência passiva. Outros afirmavam que a rigidez do modelo prussiano era incompatível com o ‘espírito’ português. Ainda no governo de Pombal, as reformas perderiam paulatinamente o caráter prioritário.³

Cunha Mattos explicou os sucessos alcançados pela Divisão Auxiliadora como decorrentes das reminiscências de tais reformas e, em grande parte, da qualidade dos oficiais. Entre esses, d. Francisco Xavier de Noronha mereceu especial consideração nas páginas das *Memórias*, sendo descrito como “inseparável companheiro” dos soldados e com uma conduta impecável mesmo nos momentos mais críticos. Não é difícil estabelecer paralelos entre o general d. Francisco Noronha e o modo como Cunha Mattos retratava-se. Ambos teriam

alcançado altos postos militares em virtude de seu reconhecido saber e pela zelosa condução dos assuntos sob sua responsabilidade, a despeito de suas origens modestas. Ambos teriam também enfrentado a resistência de membros da aristocracia, ciosos de suas distinções por nascimento. Ambos teriam encontrado nas armas o reconhecimento e a honra.

A idealização da Divisão não permitiu a narração de eventos que pudessem macular a imagem tão bem talhada por ele. Os desertores, as condutas criticáveis de alguns oficiais portugueses e tantos outros problemas não encontraram lugar nas páginas da *Memória*. A ausência de detalhes sobre os conflitos entre o tenente-general Forbes Skelater, comandante geral da Divisão Auxiliadora, e o coronel Gomes Freire, por exemplo, constitui uma óbvia lacuna na narrativa de Cunha Mattos.

As qualidades da Divisão Portuguesa retratadas por Cunha Mattos contrastariam, em sua narrativa, com a desorganização, indisciplina e irracionalidade das tropas espanholas. O caso mais emblemático dos perigos das promoções feitas sem a observância dos critérios militares apontado por Cunha Mattos foi a escolha do conde de la Unión como comandante em chefe. A morte do general Ricardos em Madri colocara o conde no comando do Exército aliado. Nascido em Lima, o general contava com a simpatia dos soldados, mas seus críticos o consideravam inexperiente.

[O conde de la Unión,] ajudado de poderosas intrigas e proteções, conseguiu o comando do mesmo Exército, de preferência a muitos tenentes-generais que, sendo mais antigos do que ele, vieram a ficar debaixo de suas ordens, e por isso talvez as coisas tomaram o desastrado caminho que adiante se há de mostrar. (CUNHA MATTOS, s/d)

Na opinião de Cunha Mattos, a condição pouco legítima do comandante em chefe resultou na indisciplina dos oficiais e na própria derrota na Campanha. Suas decisões não eram obedecidas e as tentativas de recuo em duas importantes batalhas resultaram na debandada dos soldados espanhóis e em enormes perdas humanas e materiais. Na confusão, hospitais, peças de artilharia, cavalos e todo tipo de equipamentos foram perdidos ou simplesmente abandonados. A Divisão Auxiliadora foi particularmente atingida, pois, encarregada de dar cobertura à retirada, perdeu quase toda a artilharia em campo. O conde morreria em novembro de 1794, na batalha da “Montanha Negra”, próxima à fronteira com a Catalunha.

O final da guerra foi conduzido pelo general Urrutia, já em território catalão. Oficial de conduta mais moderada, Urrutia conseguiu equilibrar a contenda. Nesse meio tempo, a continuidade da guerra tornava-se insustentável para a Espanha. Os cofres estavam exauridos

e a população rebelava-se contra o recrutamento. Após negociações com a França, foi assinada a paz. As condições impostas no tratado seriam muito prejudiciais a Portugal.

Os oficiais espanhóis foram descritos nas *Memórias* como incompetentes, despossuídos de visão estratégica, arrogantes e inábeis no comando, e os soldados, embora valentes, como homens que debandavam nos momentos críticos. Um exército marcadamente aristocrático, no qual o nascimento e os conchavos políticos eram as principais credenciais dos oficiais.

A descrição feita por Cunha Mattos das desventuras daquela campanha na Europa apresenta paralelos óbvios com a situação da Cisplatina. Essa guerra fora discutida na sessão do dia 18 de maio de 1827. Para o autor da *Memória*, os descaminhos da guerra no sul, e daquela batalha em particular, resultavam dos equívocos dos seus comandantes em chefe. As tropas estavam mal-orientadas e sofreriam com graves problemas logísticos. O comando estava nas mãos de generais com grandes qualidades, mas inadequados. A debilidade da liderança dos oficiais levava à indisciplina dos corpos.

Sem citar nomes, Cunha Mattos referiu-se a eventos ligados aos generais José de Abreu, Francisco Damasceno Rosado e Felisberto Caldeira Brant. Nenhum deles estaria capacitado para tão grande serviço. A José de Abreu, valoroso e experiente soldado morto por fogo amigo, faltara conhecimentos ‘teóricos’ necessários para o comando do exército. O caso inverso seria o de Francisco Damasceno Rosado, substituto de Abreu, descrito como “homem valoroso, porém, mais hábil para servir de instrutor de um exército do que para comandar em chefe”. Sua inoperância logística teria resultado na privação de recursos essenciais para o sucesso da campanha, inclusive alimentos e munições. A situação calamitosa das tropas brasileiras nos finais de 1826 levou à nomeação de Felisberto Caldeira Brant, homem de confiança do imperador. O marquês de Barbacena, a despeito do seu inegável preparo intelectual e reconhecido serviço como diplomata, não contava com experiência de comando em batalhas.

O lugar de Barbacena nos debates daquela sessão parlamentar era central, visto ter sido o comandante no combate de Passo Rosário. Cunha Mattos e os demais deputados reconheceram os sucessos alcançados por Barbacena na reorganização das tropas e no seu devido abastecimento durante os seus primeiros dois meses no sul. Contudo, diante do inimigo, no fatídico dia 20 de Fevereiro de 1827, Caldeira Brant tomara uma série de decisões equivocadas que desmoralizaram seu comando e resultaram na desobediência e na fuga dos soldados. Ao final da retirada, estavam perdidos depósitos e bagagens, privando os soldados de “todos os imensos recursos que estavam amontoados”. Cunha Mattos concluía: “O mal

principiou desde o começo da guerra, e agora a nomeação do general marquês de Barbacena consumou nossa desgraça: nomeação esta que foi inteiramente de encontro à opinião pública.”

A imagem negativa do comando foi reforçada naquela mesma sessão por Xavier Ferreira, para quem os concidadãos eram tratados “com altivez estúpida e vil, preferindo-se a baixeza à dignidade de militar cidadão.” Era preciso exigir a substituição imediata do comandante. O debate continuou, com algumas falas mais condescendentes. Ao final, o tema foi encaminhado a uma comissão.

Percebe-se que, de um modo geral, o problema maior das tropas brasileiras estava no despreparo de seus soldados e oficiais. Nas *Memórias*, Cunha Mattos não se privou de fazer referências a tal estado de coisas. Para ele, aqueles eram tempos em que “homens novos, homens desconhecidos sobem do anda a oficiais generais”. A mudança só seria possível com medidas enérgicas: a criação de “campos de exercício, trabalhos assíduos, separação das grandes povoações, disciplina severa, prêmios e castigos àqueles que o merece[re]m, fechar os ouvidos aos clamores mal fundados: só assim é que se poderá restabelecer a moral da tropa que foi aniquilada” (CUNHA MATTOS, s/d).

Cunha Mattos teria a oportunidade de colocar em prática algumas de suas idéias durante o breve período em que foi comandante da Real Academia Militar, que havia acabado de ser reformada, em 1834. Implantou então no cotidiano da academia as ordens do dia, o uso de uniforme acadêmico – incomodava-o ver alunos com roupas civis –, a reorganização dos conteúdos programáticos e a inclusão do estudo dos regulamentos militares. A formação teórica seria completada com aulas no Arsenal de Guerra, onde seriam aprendidas técnicas de conserto e fabricação dos apetrechos, o manuseio e a nomenclatura das armas e de suas peças.

O ápice do ano letivo seriam os acampamentos, previstos desde o estatuto de criação, mas implementados apenas naquela ocasião. Durante o mês de janeiro de 1835, os oficiais e professores da Academia acamparam na Praia Vermelha e executaram exercícios de geodésia, levantamentos topográficos, montagem e utilização dos armamentos, exercícios de tiro e prática de acampamento, entre outros (MOTTA, 2001:63). Uma das principais vantagens desse exercício, segundo Cunha Mattos, era o fato de promover a imersão dos oficiais no ambiente militar. A necessidade de afastar os militares em formação dos civis era um tema recorrente em suas falas..

Essas medidas enfrentaram grande resistência de professores e alunos, mas era apoiada pelo ministro Antero José Ferreira de Brito. No início do ano letivo de 1835, a troca do ministério levou à suspensão das reformas, à demissão de Cunha Mattos e ao cancelamento de grande parte de suas iniciativas.

Em conclusão, parece-nos razoável supor que a frustração de Cunha Mattos diante do fracasso de suas iniciativas de reorganização das tropas brasileiras a partir de modelos modernos levou-o a reinterpretar os anos de sua formação e a ressaltar aspectos considerados por ele úteis para o seu presente e para o futuro das tropas. O seu esforço de escrita pode ser entendido como uma forma de intervenção política voltada para a transformação da sociedade.

Ao reivindicar o seu lugar na idealizada tradição militar portuguesa, Raimundo José da Cunha Mattos não desconsiderava os reveses sofridos pelas propostas de Lippe. A experiência de seus familiares parece assumir ao longo de suas *Memórias* o papel de exemplo do fracasso parcial do conde, principalmente ao se referir à valorização dos soldados e à implantação de critérios meritocráticos para a ascensão na carreira no Exército português e, por conseguinte, na do seu herdeiro direto: o nascente Exército brasileiro. Contudo, esforçou-se em mostrar que mesmo com resultados bastante limitados, aquele projeto de profissionalização deu origem a uma força militar respeitável, a Divisão Auxiliadora. As tropas descritas por Cunha Mattos reuniram a reconhecida garra dos soldados portugueses à tão desejada disciplina militar. O que poderia servir como modelo ao nascente exército brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AN - Arquivo da Academia Real Imperial – IG3 – Fundo Ministério da Guerra e Arquivo da Escola Militar – IE3 – Fundo Ministério da Educação.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Anos 1826-1833. Disponível em: www.imagem.camara.gov.br, acessado entre 03/2004 a 06/2008.

BEBIANO, Rui. “Os imaginários, os valores e os ideais da guerra.” HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar de Portugal. Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, pp. 36-62.

COSTA, Fernando Dore. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar.” In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998.

CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos, s/d.

HESPANHA, António Manuel. “Disciplina e jurisdição militares.” In: Idem, *Nova História Militar de Portugal. Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004b, pp. 62-67.

HESPANHA, António Manuel. (b) *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Porto, Almedina, 2004.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Voltaire: a conquista da felicidade terrena”. In Marcos Antônio LOPES (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo, Contexto, 2003

KOSELLECK, Reinhart. *Passado futuro*. Contraponto/Ed. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006.

MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1844. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 2001.

SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão, Publicações da Comissão de História Militar, 1936.

SCHAUMBURG-LIPPE, Wilhelm von (Conde Lippe). *Plano de Artilharia*. 1763. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=45, acessado em 27/02/2006.

¹ Esse documento não está datado, mas algumas informações contidas em suas páginas permitem supor que tenha sido escrito entre os últimos anos da década de 1820 e os primeiros da seguinte. MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos. A partir daqui, resumidamente, *Memórias*.

² As revoluções do último quartel do século XVIII reforçaram a sensação de que se vivia um tempo novo: a modernidade. Uma de suas características era a sensação de aceleração, construída a partir de uma experiência do tempo marcada pelo afastamento do passado em relação ao futuro: ampliava-se a distância entre o que Koselleck chamou de espaço de experiência e horizonte de expectativas. (KOSELLECK, 2006)

³ O significado das reformas de Lippe é tema controverso na historiografia militar portuguesa. Fernando Dores Costa é um dos autores mais céticos sobre a questão ao considerar que as mesmas foram rapidamente abandonadas. Rui Bebiano e Jorge Pedreira, por sua vez, consideram que as deixaram marcas, a despeito de suas limitações.